

VOTAÇÃO NA CÂMARA

Aprovação em peso dá vitória ao Planalto

Depois de intensas negociações, texto-base recebe 372 votos favoráveis e 108 contra

» TAÍSA MEDEIROS

O arcabouço fiscal foi aprovado, no Plenário da Câmara dos Deputados, ontem, por uma larga margem de votos — 372 a 108 e uma abstenção. Com o acordo estabelecido após o relator da matéria, deputado federal Cláudio Cajado (PP-BA), passar a tarde reunido com os líderes partidários e com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), além da aprovação do texto-base, os deputados também rejeitaram as emendas, seguindo o voto do relator. A votação seguiu com a apreciação dos destaques, o primeiro deles apresentado pelo PSol.

Os esforços de Cajado tinham o intuito de aparar as arestas e estabelecer um acordo para que o projeto fosse aprovado. O partido Novo chegou a apresentar um pedido de retirada de pauta, que foi rejeitado por 342 a 105, com duas abstenções. Ao final da leitura do parecer, Cajado ressaltou que o substitutivo apresentado melhorou o texto original e não causará prejuízos a ninguém.

“Esse substitutivo apresentado melhorou, e muito, o texto original. As excepcionalidades, que foram frutos de muitas discussões, não causarão prejuízo e colaborará para que haja o crescimento da receita”, afirmou Cajado.

O relator reconheceu, em seu relatório, que o crescimento da dívida pública foi parcialmente freado em função do teto de gastos, estabelecido em 2016. “Sabemos que o crescimento das despesas obrigatórias tem provocado a compressão das despesas discricionárias, compostas por custeio e investimento. Por esta razão, a regra do teto de gastos com o crescimento das despesas primárias apenas pela inflação começou a dar sinais de esgotamento”, explicou.

A oposição seguiu na linha das críticas de que a proposta é um cheque em branco e que daria aval para o governo gastar como quiser. “Vejam o que está sendo estabelecido neste projeto: ainda

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Negociações para o texto do arcabouço duraram até poucos minutos antes de ser colocado em votação

Saiba mais

Ruído com o mercado financeiro

No parecer inicial, o relator, Cláudio Cajado (PP-BA), havia incluído uma permissão para o governo ampliar, em 2024, as despesas primárias no limite máximo da regra: 2,5% acima da inflação. O trecho provocou ruído entre agentes do mercado financeiro e foi modificado.

Agora, no momento da elaboração do PLOA, em 2023, será calculado o limite de despesas com base nos 70% da receita

acumulada em 12 meses, até junho (de julho de 2022 a junho de 2023).

Em janeiro de 2024, quando houver apuração da receita, o governo vai avaliar a receita de janeiro a dezembro de 2023 e vai ser aplicada a regra de 70%, limitado a 2,5%.

A diferença nas apurações da receita vai ser incorporada no limite da despesa de 2024, por crédito adicional.

que o governo não consiga atingir a meta de superavit primário, poderá gastar 0,6% de aumento real da despesa. Estamos saindo de um teto de gastos para um piso de gastos”, alfinetou o líder da oposição, Carlos Jordy (PL-RJ).

Discordâncias

Alguns itens debatidos no projeto foram muito negociados. O grande problema enfrentado

pelo relator foi relativo a um dispositivo que fixou uma alta real de 2,5% nas despesas, em 2024. O percentual seria o limite para o aumento de despesas acima da inflação previsto no novo arcabouço.

Após estimativas mostrarem que os gastos poderiam aumentar em R\$ 80 bilhões no próximo ano, Cajado alterou esses pontos — segundo ele, passou a ser “um mix” entre o texto

original e as sugestões apresentadas. “Vai poder utilizar do que crescer, entre o ano de 2023 e 2024, até 70% no limite de 2,5%. Ficou um meio termo para desfazer aquele mal-entendido de que o relatório estava colocando R\$ 80 bilhões”, explicou o relator mais cedo.

Conforme o texto, 70% do excedente, em uma estimativa para 2024, ficaria em 1,12%, o que consiste em uma regra transitória. De 2025 em diante, a alta real fica em 2,5%, mas caso o desempenho da economia melhore, o governo também poderá gastar mais do que o previsto.

Outro ponto polêmico era a inclusão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) nas regras do novo marco fiscal. A Frente Parlamentar da Educação atuou para que a regra não incluísse os repasses, por receio de que o movimento diminuísse os limites de investimentos na educação.

Após as negociações, Cajado optou por manter o Fundeb no limite de gastos.

Harmonia, mas com recados ao governo

» VÍCTOR CORREIA

Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sinalizaram harmonia entre o Legislativo e o governo — pelo menos em relação ao arcabouço fiscal e à reforma tributária —, mas mandaram recados ao Executivo. O foco de ambos foram as tentativas da gestão petista de mudar projetos aprovados pelo parlamento, como a autonomia do Banco Central, o Marco do Saneamento e a capitalização da Eletrobras.

As declarações ocorreram após uma reunião de Lira e Pacheco com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

“Há o reconhecimento de uma realidade reformista do Congresso Nacional. Há uma harmonia entre o Senado e a Câmara, neste momento, e entre o Legislativo e o Executivo”, frisou Pacheco, em coletiva de imprensa depois do encontro, realizado na residência oficial da Presidência do Senado.

Segundo Pacheco, houve consenso entre todos os **presentes** sobre a necessidade de aprovação dos projetos de forma célere. O senador também se comprometeu a pautar as matérias rapidamente, assim que forem aprovadas na Câmara.

Entre os temas debatidos, também estava a redução da taxa de juros que, segundo Pacheco, é prioridade para todos os participantes na reunião.

Ed Alves/CB/DA,Press



Pacheco, Haddad e Lira após a reunião na residência oficial do Senado

Outros participantes

Na reunião, estavam presentes, também, o secretário executivo da Fazenda e indicado a cargo de diretor do Banco Central, Gabriel Galípolo; e os relatores do arcabouço fiscal, Cláudio Cajado (PP-BA); e da reforma tributária, Aguiinaldo Ribeiro (PP-PB). Do setor produtivo, participaram empresários como os presidentes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes, e da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Isaac Sidney.

Lira ecoou a fala e classificou o encontro de ontem como “simbólico”. “A Câmara e o Senado estarão juntos, trabalhando com o governo federal para que essas matérias possam ter sua aprovação o mais rapidamente possível”, frisou o deputado.

Haddad, por sua vez, elogiou a articulação de Lira e Pacheco para a aprovação de matérias caras ao governo. Disse que, mesmo entre os empresários, houve consenso em torno da pauta econômica do governo.

“Fiquei muito impressionado

com a conversa aqui. Não houve uma única voz dissonante a respeito da urgência dessas duas matérias”, relatou o ministro. Ele avaliou, ainda, que, com o resultado do encontro, a reforma tributária pode ser votada, ao menos na Câmara, ainda neste primeiro semestre.

Mensagens

Apesar da aparente harmonia, Pacheco defendeu a autonomia do Banco Central e reforçou o recado de que o governo não terá sucesso na tentativa de reverter medidas já aprovadas pelo Legislativo, caso do Marco do Saneamento. O Executivo tentou, por decreto presidencial, alterar trechos do marco regulatório e acabou derrotado na Câmara. O senador citou, também, a capitalização da Eletrobras como um tema aprovado pelo Legislativo e que não deverá ser mudado.

De acordo com Pacheco, os parlamentares estão alinhados para atuar com “os novos projetos, que são conquistas que virão, e também com a manutenção de uma realidade recente do que o Congresso fez”.

O presidente da Câmara, por sua vez, foi mais incisivo. “A revisitação de temas que o Congresso votou, há pouco, tem que acontecer — quando acontecer — no âmbito do Congresso Nacional”, frisou Lira. Segundo ele, tentativas externas de mudar os projetos aprovados “não terão ecos nas duas Casas”.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



O racismo contra Vini Jr. no país do Dr. Garcia

O mundo acompanha estupefato o caso do jogador brasileiro Vini Jr, o craque do Real Madri que vem sendo insultado em todos os estádios onde joga futebol. Garrincha sem as pernas tortas, seus dribles são desconcertantes. Ontem, uma sequência impressionante de jogadas dele viralizou nas redes sociais. Elas deveriam provocar sorrisos nas arquibancadas, como aconteceu com os suecos que viram Mané jogar na Copa de 1962, sem Pelé na Seleção, mas o que acontece em relação ao craque do time merengue é uma reação enfurecida das torcidas dos times adversários, principalmente quando o Real joga fora de casa.

No auge de sua forma física e técnica, o atacante do Real Madrid e da Seleção Brasileira sofreu insultos racistas de torcedores do Valencia, que o chamaram de macaco, no estádio de Mestalla, no domingo. A partida chegou a ser paralisada pelo árbitro e, posteriormente, foi retomada. Numa confusão provocada em campo, na qual levou um mata-leão de um jogador adversário, Vini reagiu e foi expulso. Houve grande repercussão negativa aos insultos e aconteceu solidariedade internacional ao jogador, de grandes estrelas do esporte, e não apenas de jogadores de futebol. A reação provocou uma crise no futebol espanhol, cujo principal dirigente criticou Vini Jr. O governo brasileiro também protestou.

Presidente da La Liga, que é responsável pelo Campeonato Espanhol, Javier Tebas Medrano responsabilizou o jogador pelos incidentes: “Já que os que deveriam te explicar o que é e o que a La Liga pode fazer nos casos de racismo, temos tentado explicar, mas você não compareceu a nenhuma das duas datas combinadas para isso que você mesmo solicitou. Antes de criticar e injuriar a La Liga, é necessário que se informe adequadamente. Não se deixe manipular e assegure-se de entender bem as competências de cada um e o trabalho que estamos fazendo juntos”, escreveu o dirigente.

O jogador rebateu: “Mais uma vez, em vez de criticar racistas, o presidente da La Liga aparece nas redes sociais para me atacar. Por mais que você fale e finja não ler, a imagem do seu campeonato está abalada. Veja as respostas dos seus posts e tenha uma surpresa... Omitir-se só faz com que você se iguale a racistas. Não sou seu amigo para conversar sobre racismo. Quero ações e punições. Hashtag não me comove”. Vini Jr sofreu ataques racistas nove vezes, em dois anos e sete meses. O último foi na derrota merengue para o Valencia, pelo Campeonato Espanhol.

Extrema direita

Tebas Medrano é apoiador declarado da extrema direita da Espanha. Em 2019, afirmou que votaria nos representantes do Vox, formado por apoiadores do ditador Francisco Franco, que governou a Espanha de 1938 a 1973. Quem quiser ter uma ideia da natureza e da força do chamado franquismo pode conferir. Uma série espanhola está fazendo muito sucesso na Netflix: *Os Pacientes do Dr. García*. O principal protagonista é o médico Guillermo García, de ideais humanistas, que acaba perseguido por ter trabalhado como nefrologista, socorrendo os soldados republicanos feridos na dramática defesa de Madri, durante a Guerra Civil Espanhola.

Para permanecer na Espanha, García pede ajuda ao amigo Manuel Arroyo, que lhe fornece uma identidade falsa, com a qual passa a viver como executivo no setor de transportes, enquanto ajuda a resistência antifranquista clandestinamente, como médico. Diplomata, Arroyo torna-se um agente secreto do governo deposto de Juan Negrín e passa a colaborar com os serviços de inteligência norte-americano. Ambos conseguem se infiltrar numa rede clandestina de apoio aos oficiais nazistas que fugiram da Alemanha para se estabelecer na Espanha e na Argentina. A série denuncia a tolerância dos Estados Unidos com o colaboracionismo de Franco e Domingos Perón com os nazistas, em virtude da guerra fria, porque ambos eram inimigos dos comunistas. Estima-se que 200 mil pessoas foram assassinadas pelo regime franquista.

Herdeiro do franquismo, o partido de extrema direita espanhol Vox é terceira força política no parlamento espanhol, depois dos socialistas e do Partido Popular (PP, direita). O líder do partido, Santiago Abascal, é um aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro, já esteve no Brasil e participa das articulações dos demais líderes da extrema direita europeia. Considera o governo espanhol e o primeiro-ministro, Pedro Sánchez, “traidores” de Espanha, por causa das concessões aos independentistas. Critica “a ditadura climática” (referência às políticas de resposta às alterações climáticas), as leis relacionadas com os direitos de pessoas transgênero e “o totalitarismo de gênero” e as políticas de imigração, que “abrem as fronteiras”.

A narrativa xenófoba habitual dos partidos de extrema direita em relação aos estrangeiros alimenta o racismo nas arquibancadas da Espanha. O sucesso de Vini Jr, negro e brasileiro, incomoda os saudosistas do franquismo. Não por causa do êxito no futebol, apenas: Vini Jr simboliza a possibilidade de sucesso para milhões de jovens imigrantes e refugiados latinos e africanos.